



Prova Objetiva – Nível Superior

# AGENTE DE FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tipo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4:30 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Conhecimentos Gerais

Texto 1 – Alterar o ECA independe da situação carcerária  
(*O Globo*, Opinião, 23/06/2015)

Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc. Um levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público mostra que, em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis; conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades e, em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual.

Assim como os presídios, os centros não regeneram. Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade. Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições das unidades socioeducativas para os menores de idade. Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade.

O raciocínio segundo o qual as más condições dos presídios desaconselham a redução da maioria penal consagra, mais do que uma impropriedade, uma hipocrisia. Parte de um princípio correto – a necessidade de melhorar o sistema penitenciário do país, uma unanimidade – para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções.

Falso. A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes. A hipocrisia está em obscurecer que, se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de “proteção” ao menor consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente também os tem. E numa dimensão que implica dar anteparo a jovens envolvidos em atos violentos, não raro crimes hediondos, cientes do que estão fazendo e de que, graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam.

Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse. As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes são questões distintas, e pedem, cada uma em seu âmbito específico, soluções apropriadas. No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da imputabilidade, sem prejuízo de melhorar o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA. Uma ação não invalida a outra. Na verdade, as duas são necessárias e imprescindíveis.

### 1

Considerando o conjunto do texto 1, o título “Alterar o ECA independe da situação carcerária” representa:

- (A) uma opinião que se choca com a do autor do texto;
- (B) um argumento favorável à redução da maioria penal;
- (C) um contra-argumento que é explicitado no corpo do texto;
- (D) uma tese apoiada em argumentos de autoridade;
- (E) um argumento que se apoia na intimidação do leitor.

### 2

Na progressão do texto 1 há uma série de segmentos em que a relação entre a situação de menores infratores e a de prisioneiros adultos é estabelecida; o segmento em que essa relação está ausente é:

- (A) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (C) “...em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis;”
- (D) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (E) “A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos ou internos são indistintamente inexistentes”.

### 3

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc.”.

Nesse segmento do primeiro parágrafo do texto 1, o emprego da forma ETC. indica que:

- (A) a enumeração inclui todas as mazelas dos presídios;
- (B) além das falhas graves nos procedimentos de reinclusão social há outras falhas graves em outros procedimentos que foram esquecidas;
- (C) mazelas de menor importância não foram citadas;
- (D) problemas de maior relevância não foram citados por não ser esse o melhor momento para fazê-lo;
- (E) a lista de elementos citados não inclui a totalidade das mazelas dos presídios para adultos.

### 4

Na estruturação do texto 1, a função do primeiro parágrafo é:

- (A) mostrar que a situação dos centros de internação de menores é caótica e que, por isso mesmo, não podem receber mais delinquentes;
- (B) indicar uma crítica ao sistema penitenciário que antecipa a rejeição da redução da maioria penal;
- (C) denunciar falhas na rede de instituições do ECA, idênticas às dos adultos, a fim de que se negue força ao argumento de que a situação carcerária desaconselharia a redução da maioria penal;
- (D) apoiar a ideia de que a redução da maioria penal não deve fazer com que menores delinquentes sejam internados junto a adultos;
- (E) criticar o desprezo das autoridades diante de problemas carcerários que afetam tanto os menores quanto os adultos.

**5**

A linguagem empregada no texto 1 exemplifica tanto a linguagem lógica como a linguagem figurada; o segmento em que ocorrem somente casos de linguagem lógica é:

- (A) "...não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual";
- (B) "...locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade";
- (C) "Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse";
- (D) "No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da inimizabilidade...";
- (E) "...conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades...".

**6**

No texto 1 há um grupo de vocábulos com sentido negativo produzido pela presença do prefixo IM/IN/I; a opção em que esse prefixo apresenta esse sentido nos dois vocábulos é:

- (A) inadiáveis / internação;
- (B) infratores / instituições;
- (C) impropriedade / indistintamente;
- (D) inexistentes / implicar;
- (E) iniciativas / inimputabilidade.

**7**

No texto 1, há duas oportunidades em que o autor empregou dois pontos(:):

1 – "...as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação...";

2 – "...para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes...".

Sobre essas duas ocorrências desses sinais de pontuação, a afirmação correta é:

- (A) as duas ocorrências precedem enumerações;
- (B) as duas ocorrências introduzem exemplificações;
- (C) as duas ocorrências mostram explicações;
- (D) só a primeira ocorrência introduz uma explicação;
- (E) só a segunda ocorrência prepara uma explicação.

**8**

A substituição do termo destacado por um adjetivo é INADEQUADA em:

- (A) "internação de menores" / internação juvenil;
- (B) "peças de ficção" / peças fictícias;
- (C) "mundo da criminalidade" / mundo criminal;
- (D) "adequação da legislação" / adequação legislativa;
- (E) "condições dos presídios" / condições presidiárias.

**9**

"Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos"; a frase abaixo em que se repete o mesmo sentido do vocábulo sublinhado é:

- (A) Os menores têm mesmo que pagar por seus crimes.
- (B) Os crimes são punidos pela mesma lei de antigamente.
- (C) É mesmo verdade que as leis irão mudar?
- (D) Os dois presídios têm as mesmas condições.
- (E) As celas são abertas pela mesma chave.

**10**

O texto entre aspas que exemplifica adequadamente o problema dos presídios destacados no primeiro parágrafo do texto 1 é:

- (A) Superpopulação – "Os presos são divididos em vários grupos e cada grupo só tem direito a banho de sol de quinze minutos".
- (B) Maus-tratos – "Os presos são obrigados a permanecer em fila durante a revista diária e, só após o toque da sirene, podem ir para as celas".
- (C) Desprezo por ações de educação – "Os prisioneiros fazem as refeições em conjunto e nem sempre as normas de polidez à mesa são seguidas".
- (D) Conservação e higiene são peças de ficção – "Ao serem libertados, os prisioneiros sofrem preconceitos quando se apresentam para empregos".
- (E) Leniência com iniciativas que visem à correção – "Os presos que se rebelam por algum motivo são levados para as solitárias, onde ficam às vezes por vários dias".

**11**

Ao citar o levantamento feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o autor do texto 1 tem a finalidade argumentativa de:

- (A) demonstrar a atualidade das informações prestadas;
- (B) indicar a seriedade do tema tratado;
- (C) valorizar a precisão da informação dada;
- (D) mostrar a polêmica motivada pelo tema;
- (E) criticar a incúria das autoridades.

**12**

O segmento do texto 1 em que está ausente uma estrutura de base comparativa é:

- (A) "Assim como os presídios, os centros não regeneram";
- (B) "As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes...";
- (C) "Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos";
- (D) "...legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade";
- (E) "...se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de proteção ao menos consagrada no ECA também os tem".

**13**

“Assim como os presídios, os centros não regeneram”; a forma de reescrever-se esse período do texto 1 que mostra uma possibilidade de mudança de sentido é:

- (A) os centros não regeneram, assim como os presídios;
- (B) os centros, assim como os presídios, não regeneram;
- (C) os presídios, tais quais os centros, não regeneram;
- (D) os centros não regeneram tanto quanto os presídios;
- (E) tanto os presídios quanto os centros não regeneram.

**14**

A seção de jornal de onde foi retirado o texto denomina-se *Opinião*; no caso do texto 1, a opinião que é estruturalmente a mais importante é a de que:

- (A) não se pode aceitar o argumento, contrário à redução da maioria penal, de que a situação carcerária impede essa redução;
- (B) é urgente em todo o país a melhora do sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA;
- (C) nas unidades de internação ocorre um aprendizado do crime pelos que são réus primários;
- (D) o ECA é um estatuto superado, pois desconhece os próprios problemas, protegendo os menores de forma paternalista e esquizofrênica;
- (E) é inadiável a obtenção de soluções apropriadas para a violência de jovens delinquentes, que só pode ser obtida pela redução da maioria penal.

**15**

Em algumas passagens do texto 1 o autor emprega construções com voz passiva, o que traz a vantagem de omitir-se o agente da ação; a frase abaixo que NÃO exemplifica essa estratégia, por não estar na voz passiva, é:

- (A) “...graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam”;
- (B) “...em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (D) “A realidade mostra que as ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes”;
- (E) “Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária...”.

**16**

“...que seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções”.

Nesse segmento do texto 1, a forma sublinhada indica:

- (A) uma reafirmação de algo dito anteriormente;
- (B) uma retificação de erro cometido pelo autor;
- (C) uma observação enfática sobre um ponto argumentativo;
- (D) uma oposição a outra opinião contrária;
- (E) uma ironia sobre declarações do ECA.

**17**

“Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, ai incluída a melhoria das condições socioeducativas para os menores de idade”.

A afirmação correta sobre o termo “ai” é:

- (A) indica o local da reforma geral onde deve ser incluída a melhoria pretendida;
- (B) refere-se ao termo “reforma geral da política penitenciária”, de forma a retomá-lo na frase seguinte;
- (C) é um termo anafórico, substituindo o termo “questão”, citado anteriormente no mesmo segmento;
- (D) funciona como um conectivo de forma coloquial, correspondendo à conjunção aditiva E;
- (E) mostra uma indicação de tempo, referindo-se ao momento da produção da reforma geral.

**18**

A passagem do texto 1 em que o termo sublinhado tem uma forma equivalente corretamente indicada é:

- (A) “Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação...” / no entretanto;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”. / Desse modo;
- (C) “...reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos:...” / em relação a;
- (D) “...superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, ...” / em função de;
- (E) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos...” / na verdade.

**19**

Diante do leitor, a voz do autor do texto 1 é:

- (A) autoritária, pois mostra suas opiniões como certezas;
- (B) politicamente aliciadora, pois tenta convencer por meio de falácias argumentativas;
- (C) intimidadora, pois desconsidera intelectualmente os que participam de sua opinião;
- (D) sedutora, pois tenta manipular argumentos para que os leitores possam ficar convencidos;
- (E) pouco efetiva, pois o texto carece de conclusão que indique solução para o problema levantado.

**20**

O autor do texto fala do paternalismo e da esquizofrenia do ECA; no texto 1, o termo sublinhado se refere a(à):

- (A) distúrbios mentais graves;
- (B) dissociação das funções psíquicas;
- (C) perda de contato com a realidade;
- (D) problemas de afetividade;
- (E) hipocondria e regressão.

**21**

“...seria contraproducente enviar jovens delinquentes a presídios”; se desenvolvermos a oração reduzida desse segmento do texto 1, a forma adequada seria:

- (A) que se enviasse jovens delinquentes a presídios;
- (B) que se enviem jovens delinquentes a presídios;
- (C) que se enviassem jovens delinquentes a presídios;
- (D) que enviemos jovens delinquentes a presídios;
- (E) que se envie jovens delinquentes a presídios.

**22**

“Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”.

A afirmativa correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) o adjetivo “falso” indica uma opinião do autor;
- (B) a conjunção E está unindo dois termos sinônimos;
- (C) a forma verbal “equivale” deveria ser substituída por “equivalem”;
- (D) o adjetivo “paralisado” está no masculino porque concorda com “autor”;
- (E) a forma “do”, antes de ECA, deveria perder o artigo, já que uma sigla não tem gênero.

**23**

Nos pares abaixo, o adjetivo que NÃO pode ser classificado entre os adjetivos de relação é:

- (A) maioria penal;
- (B) violência sexual;
- (C) reforma geral;
- (D) más condições;
- (E) sistema penitenciário.

**24**

O segmento do texto 1 em que a conjunção E une termos que, no contexto, podem ser vistos como redundantes é:

- (A) “conservação e higiene são peças de ficção”;
- (B) “melhorar as condições de detentos e internos”;
- (C) “o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA”;
- (D) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia”;
- (E) “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

**Conhecimentos Específicos****25**

Na formulação de programas e projetos públicos pode-se utilizar a técnica do Planejamento Estratégico Situacional (PES) que envolve a realização de um conjunto de atividades, organizadas em “momentos” ao invés de em “etapas rígidas”.

Em um desses “momentos” são desenvolvidos temas vitais, como a estrutura organizacional, o fluxo interno de informações, a coordenação do plano, do sistema de prestação de contas, as ferramentas gerenciais necessárias e a dinâmica da participação democrática na implantação do plano.

Esse “momento” do PES é conhecido como:

- (A) avaliativo;
- (B) explicativo;
- (C) normativo;
- (D) estratégico;
- (E) tático-operacional.

**26**

Em avaliação de programas e projetos é muito comum, na área pública, a ausência de um sistema estruturado de monitoramento e avaliação (M&A).

Essa ausência é um risco porque:

- (A) projetos diferentes de um mesmo governo perdem a comparabilidade;
- (B) favorece a construção do desenho teórico do projeto desde o início;
- (C) gera a melhoria de projetos com base em desempenho;
- (D) cria mecanismos de difusão e envolvimento com o projeto;
- (E) permite um sistema de transparência para prestação de contas.

**27**

Na análise de custo-efetividade de um projeto é necessário levar em consideração aspectos econômicos e financeiros, principalmente para a construção de indicadores de desempenho que podem ser de insumo, de processo, de produto e de impacto.

Nesse sentido, pode ser considerado um indicador de impacto aquele no qual, em um projeto de:

- (A) formação profissional, avalia a variação na renda dos participantes após o curso em relação ao custo da capacitação;
- (B) arte-educação, indica a relação entre o número de oficinas realizadas pelo número de inscritos;
- (C) saúde materna, mede a relação entre o número de gestantes atendidas e o número de gestantes da região;
- (D) nutrição, aponta a disponibilidade de alimentos por pessoa atendida;
- (E) segurança, considera a quantidade de projetos de unidades prisionais aprovados.

**28**

Existem diferentes tipos de avaliação de políticas públicas. Um desses tipos diferencia-se dos demais por ser realizado por pessoas de fora da instituição responsável, em geral com experiência nesse tipo de atividade.

Trata-se do seguinte tipo de avaliação:

- (A) somativa;
- (B) interna;
- (C) mista;
- (D) formativa;
- (E) externa.

**29**

O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas.

No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- (A) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;
- (B) a alternativa é definida, pois os principais atores do sistema político-administrativo buscam soluções para o problema;
- (C) o plano estratégico é definido para delinear os cursos de ação, recursos e competências necessários;
- (D) o arcabouço legal de suporte é apresentado e aprovado em um processo que envolve o legislativo;
- (E) o objetivo é verificar as consequências ou os efeitos da política pública implementada.

**30**

A definição de variáveis que compõem um indicador de desempenho é parte fundamental de seu alinhamento estratégico. No Programa GesPública, para cada dimensão ou critério de gestão são construídos os indicadores. Um indicador que calcule “quantidade de entregas de insumos recebidos com atraso/quantidade total de entregas de insumos recebidos” está relacionado à dimensão/ ao critério de:

- (A) resultados;
- (B) processos;
- (C) pessoas;
- (D) sociedade;
- (E) liderança.

**31**

O PDCA é uma ferramenta que busca aprimorar as práticas de gestão nas organizações por meio de um conjunto de ações organizadas em etapas.

No PDCA é recomendado aos gestores a prática de “verificar se o executado está conforme o planejado e se a meta foi alcançada dentro do método definido”.

Essa prática refere-se à etapa de:

- (A) *Act* ou Agir;
- (B) *Do* ou Executar;
- (C) *Plan* ou Planejar;
- (D) *Check* ou Checar;
- (E) *Define* ou Definir.

**32**

Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- (A) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- (B) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- (C) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- (D) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- (E) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

**33**

De acordo com o art. 11 da Lei Orgânica do Município de São Paulo “qualquer munícipe, partido político, associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, bem como aos órgãos do Poder Executivo”.

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que disciplinou os requisitos de admissibilidade e processamento para essas denúncias, é correto afirmar que:

- (A) são admitidas somente denúncias cujo autor esteja identificado, vedando-se o anonimato;
- (B) o denunciante está dispensado de apresentar provas ou indícios da ilegalidade ou irregularidade noticiada;
- (C) constatada a existência de irregularidade durante a apuração, os responsáveis serão sumariamente condenados pelo tribunal, dispensando-se o contraditório nos casos de denúncia;
- (D) concluída a fase instrutória, os autos poderão ser submetidos a qualquer dos órgãos colegiados (tribunal pleno ou câmaras);
- (E) uma vez recebida e conhecida pelo relator, não pode o tribunal determinar o arquivamento de denúncia inepta.

**34**

As transferências voluntárias da União para estados e municípios realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria fazem parte de um sistema de cooperação para execução de ações de interesse recíproco, financiadas majoritariamente com recursos do orçamento federal. Suponha que a União, por meio do Ministério da Cultura, transfira voluntariamente, mediante convênio, recursos para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para financiar um projeto na área de preservação da memória. O município cofinancia a ação por meio do aporte de uma contrapartida de 10% do total do ajuste.

Quanto à jurisdição dos órgãos de controle externo, é correto afirmar que:

- (A) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União a fiscalização do ajuste, pois os recursos são majoritariamente federais;
- (B) há uma competência concorrente do Tribunal de Contas do Município e do Tribunal de Contas da União, de forma autônoma e independente;
- (C) compete ao Tribunal de Contas do Município fiscalizar somente a aplicação dos recursos da contrapartida do ajuste;
- (D) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas do Município a fiscalização do ajuste, pois os recursos têm como destino o orçamento do município;
- (E) o Tribunal de Contas do Município pode fiscalizar o ajuste desde que previamente autorizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante acordo de cooperação.

**35**

A Lei Orgânica do Município de São Paulo atribui ao Tribunal de Contas do município competência para realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo do município, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Essas auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio Tribunal ou se solicitadas:

- (I) pela Câmara Municipal de São Paulo;
- (II) por comissões da Câmara Municipal ou por vereador no cumprimento de seu mandato;
- (III) pelo prefeito do município;
- (IV) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- (V) por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do município.

A opção que contém apenas legitimados a requerer auditorias ao Tribunal de Contas, segundo a Lei Orgânica do Município, é:

- (A) (I) e (II);
- (B) (I) e (V);
- (C) (II) e (IV);
- (D) (III) e (IV);
- (E) (III) e (V).

**36**

Sobre os processos de contas anuais, de acordo com as disposições de seu regimento interno, é correto afirmar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) ao julgar suas próprias contas, emitirá juízo conclusivo sobre sua aprovação ou rejeição;
- (B) não admite recurso contra o acórdão que aprovar o parecer sobre as contas do prefeito;
- (C) tomará as contas do prefeito caso não sejam apresentadas no prazo previsto na Lei Orgânica do Município;
- (D) julgará as contas da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo;
- (E) apreciará, mediante parecer prévio, as contas das entidades da administração indireta do Município.

**37**

Similarmente à Constituição da República, a Lei Orgânica do Município de São Paulo estipula que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Sobre o relacionamento desse sistema de controle interno com o Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) o controle interno do Poder Legislativo, se solicitado pelo Tribunal de Contas do Município, pode realizar auditorias e inspeções em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (B) por operar autonomamente, o órgão de controle interno do Poder Executivo não está sujeito a realizar auditorias por solicitação do Tribunal de Contas do Município;
- (C) somente o Tribunal de Contas do Município pode realizar auditorias operacionais em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (D) as auditorias realizadas no âmbito do sistema de controle interno restringem-se a órgãos e entidades públicos;
- (E) o controle interno deve apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

**38**

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A “Declaração de Lima”, adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

De acordo com a Declaração de Lima, é atividade considerada típica e indispensável de uma EFS:

- (A) a realização de pré-auditorias;
- (B) a realização de pós-auditorias;
- (C) a realização de auditorias estritamente nas operações previstas no orçamento;
- (D) o estabelecimento de procedimentos operacionais para a administração pública;
- (E) o estabelecimento de normas de auditoria para o setor governamental.

**39**

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A “Declaração de Lima”, adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

A Seção 3 da Declaração de Lima trata de preceitos aplicáveis aos serviços de auditoria interna e externa.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- (I) As entidades fiscalizadoras superiores são serviços de auditoria externa.
- (II) Apesar de o serviço de auditoria interna ser subordinado ao chefe do departamento no qual foi estabelecido, ele deve ser, na medida do possível, funcional e organizacionalmente independente.
- (III) Incumbe aos responsáveis pelo serviço de auditoria externa avaliar a eficácia dos serviços de auditoria interna.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente (I);
- (B) somente (I) e (II);
- (C) somente (I) e (III);
- (D) somente (II) e (III);
- (E) (I), (II) e (III).

**40**

O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO, na sigla em inglês) apresentou, em 1992, um modelo amplamente aceito para o estabelecimento de controles internos denominado “Controle Interno – Estrutura Integrada” – aplicável a entidades de grande, médio e pequeno portes, com ou sem fins lucrativos, bem como ao setor público –, que ficou popularmente conhecido como COSO I.

Segundo esse modelo, controle interno:

- (A) é um processo de trabalho que deve ficar a cargo da unidade de auditoria interna de cada entidade;
- (B) é um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por pessoas da organização;
- (C) é um processo que consiste de tarefas que devem ser realizadas ao menos uma vez em cada exercício financeiro;
- (D) visa proporcionar certeza de que os objetivos da entidade serão alcançados;
- (E) não auxilia a organização a prever eventos externos que possam afetar negativamente o alcance de seus objetivos.

**41**

O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO, na sigla em inglês) publicou, em 2004, o modelo denominado “Gerenciamento de Riscos Corporativos” (ERM, na sigla em inglês), popularizado como COSO II.

Segundo esse modelo, as quatro categorias de objetivos comuns à maioria das organizações são:

- (A) objetivos contábeis; objetivos de controle; objetivos estratégicos e objetivos de salvaguarda de ativos;
- (B) objetivos estratégicos; objetivos sociais; objetivos de lucro e objetivos de divulgação;
- (C) objetivos estratégicos; objetivos operacionais; objetivos de comunicação e objetivos de conformidade;
- (D) objetivos de conformidade; objetivos de comunicação; objetivos de relacionamento com partes interessadas e objetivos ambientais e de sustentabilidade;
- (E) objetivos de comunicação; objetivos operacionais; objetivos de relacionamento com partes interessadas e objetivos ambientais e de sustentabilidade.

**42**

Na medida em que a existência da lei orgânica municipal está prevista na Constituição da República, sujeitando-se aos balizamentos ali estabelecidos, é correto afirmar que:

- (A) as matérias passíveis de serem regulamentadas pela lei orgânica municipal podem ser restringidas pela Constituição Estadual, que pode uniformizar, livremente, a legislação dos Municípios situados em seu território;
- (B) a lei orgânica municipal, como projeção da autonomia municipal, deve disciplinar a organização municipal consoante os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, não sendo possível que a Constituição Estadual o faça;
- (C) as matérias passíveis de serem regulamentadas pela lei orgânica municipal podem ser livremente ampliadas pela Constituição Estadual, com o uso do instituto da delegação de competências legislativas;
- (D) a lei orgânica municipal pode estabelecer a disciplina normativa de toda e qualquer temática afeta à competência legislativa municipal;
- (E) a relação de sujeição normativa decrescente identificada entre a Constituição da República, a Constituição Estadual e a lei orgânica municipal faz com que a última possa ser livremente comprimida pela expansão das duas primeiras.

**43**

Epaminondas, servidor público estadual, ao refletir sobre a possibilidade de concorrer a um mandato eletivo, procurou um advogado e pediu orientação a respeito da sistemática constitucional de acumulação de cargos públicos. A esse respeito, é correto afirmar que o servidor público:

- (A) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, terá o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- (B) pode acumular qualquer cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (C) pode acumular, dentre outros, dois cargos de natureza técnica ou científica, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (D) não pode acumular nenhum cargo público, ainda que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (E) no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, deverá ficar sempre afastado do cargo, emprego ou função junto à administração pública direta ou indireta.

**44**

Considerando as elevadas disponibilidades de caixa de determinado ente federativo, foi formulada consulta, pelo Chefe do Poder Executivo, à sua assessoria, a respeito do que deveria ser feito com esses recursos. Com os olhos voltados às normas constitucionais afetas às finanças públicas, é correto afirmar que essas disponibilidades:

- (A) devem ser necessariamente depositadas, qualquer que seja o ente federativo a que pertençam, no Banco Central;
- (B) podem ser depositadas em instituição financeira de livre escolha do respectivo ente federativo;
- (C) quando pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não precisam ser depositadas em banco oficial;
- (D) podem ser depositadas em bancos privados ou em bancos oficiais conforme definido por lei editada pelo respectivo ente federativo;
- (E) não têm o mesmo tratamento do crédito da folha de pagamento, já que este último pode ser depositado em banco privado.

**45**

A respeito da atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) A fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista está limitada aos bens ou valores públicos por elas administrados.
- ( ) O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo de qualquer ente federativo.
- ( ) Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei.

A sequência correta é:

- (A) V – F – F;
- (B) F – V – V;
- (C) F – F – F;
- (D) V – V – V;
- (E) V – F – V.

**46**

Determinada lei estadual, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, uniformizou o regime previdenciário afeto a todos aqueles que desempenham função pública no âmbito do respectivo ente federativo. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que lei dessa natureza poderia veicular comando dispondo que:

- (A) notários e registradores estão sujeitos à aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (B) o limite de idade para a aposentadoria compulsória seguirá o disposto na Constituição da República ou, eventualmente, na Constituição Estadual, que poderá ampliá-lo;
- (C) a aposentadoria especial do servidor público, cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde, observarão a disciplina estabelecida na lei estadual;
- (D) para efeito de aposentadoria especial de professores, não deve ser computado o tempo de serviço prestado fora da sala de aula;
- (E) a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência nela previsto será admitida desde que a soma dos benefícios não supere o teto remuneratório constitucional.

**47**

O Chefe do Poder Executivo de determinado ente federativo, após ampla análise técnica, encaminhou o projeto de lei orçamentária anual ao Poder Legislativo. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) o orçamento fiscal, em razão de suas características essencialmente tributárias, integra documento autônomo, estranho à lei orçamentária anual;
- (B) as emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária não podem indicar, como fonte de recursos, aqueles provenientes da anulação de despesa com o serviço da dívida;
- (C) a receita e a despesa das universidades públicas, antes que têm sua autonomia reconhecida pela Constituição da República, não devem ser inseridas no orçamento anual;
- (D) a abertura de créditos orçamentários especiais, como são aqueles destinados à cobertura de despesas não previstas na lei orçamentária, independe de autorização legislativa;
- (E) a lei orçamentária anual não pode conter autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

**48**

A respeito da escolha, da substituição e da sucessão do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município, é correto afirmar que a respectiva lei orgânica:

- (A) pode disciplinar o processo de escolha dos sucessores no caso de dupla vacância dos cargos;
- (B) não pode prever, em hipótese alguma, a eleição indireta para esses cargos;
- (C) deve permanecer adstrita aos balizamentos estabelecidos pela Constituição Estadual, a respeito do processo de escolha, no caso de dupla vacância dos cargos;
- (D) nos Municípios com menos de 200 mil eleitores, deve definir se a eleição seguirá o sistema majoritário de um ou dois turnos;
- (E) pode prever a eleição indireta para esses cargos nas hipóteses previstas na Constituição Estadual.

**49**

Determinado município iniciou processo licitatório para, na modalidade pregão, contratar sociedade empresária para fornecer à municipalidade determinado material escolar, cujo padrão de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Durante a chamada fase externa do pregão, aberta a sessão pública, os interessados entregaram os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos. Assim, verificou-se que os cinco licitantes participantes apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município, da seguinte forma: 50 mil, 52 mil, 53 mil, 54 mil e 58 mil reais. Passo seguinte, levando em consideração o que dispõe a Lei nº 10.520/02, o pregoeiro deve:

- (A) oportunizar ao autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (B) oportunizar a todos os licitantes que apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (C) proceder ao imediato julgamento e classificação das propostas, adotando o critério de menor preço, e convocar o licitante que ofertou 50 mil reais para assinar o contrato;
- (D) proceder à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação dos três licitantes que apresentaram as melhores propostas, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- (E) declarar vencedor o licitante que fez a oferta de menor valor (50 mil reais), homologar a licitação e adjudicar ao vencedor o objeto da licitação, assinando com ele o contrato administrativo.

**50**

Rafael é servidor público ocupante de cargo efetivo de Técnico Administrativo do Poder Executivo municipal. Por meio de uma portaria assinada pelo Prefeito, Rafael foi cedido para o Poder Legislativo do mesmo município, para exercer a função de chefe de gabinete de Vereador, no período de 01/06/14 até 01/06/16. Em meados de 2015, por necessidade do serviço, o Prefeito expediu nova portaria revogando a cessão de diversos servidores (dentre eles, a de Rafael) a órgãos estranhos ao executivo municipal e determinando seu retorno ao órgão de origem, em 30 dias. Inconformado, Rafael impetrou mandado de segurança, pleiteando a manutenção de sua cessão à câmara municipal até o dia 01/06/16. A pretensão de Rafael merece ser julgada:

- (A) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir, pelo princípio da proporcionalidade, que a contribuição do servidor cedido à Câmara, no caso concreto, é mais importante que a alegação de necessidade de pessoal no executivo;
- (B) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo vinculado e, por tal razão, o Poder Judiciário pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (C) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) improcedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar apenas a sua legalidade (e não o seu mérito) e o Prefeito pode revogar a cessão antes do prazo final, por motivos de oportunidade e conveniência, que atendam ao interesse público;
- (E) improcedente, eis que, apesar de a revogação da cessão ser um ato administrativo vinculado e, por isso, tanto a Administração quanto o Poder Judiciário, podem analisar o seu mérito, revisando os valores de oportunidade e conveniência na manutenção do ato, na hipótese em tela deve ser respeitada a supremacia do Poder Executivo.

**51**

A Lei Federal nº 11.079/04 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. De acordo com tal lei, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- (A) para a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
- (B) que preveja o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- (C) que contenha cláusula disposta sobre a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- (D) para a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens;
- (E) que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**52**

Fortes chuvas, imprevisíveis para esta época do ano, assolaram determinado município do interior do Estado, dando causa a estado de emergência e de calamidade pública, com a destruição parcial de alguns bairros. Em razão de alagamentos, enchentes e desmoronamentos, a Defesa Civil interditou diversas pontes e vias públicas. Caracterizada a urgência de atendimento de situação que podia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, o Prefeito realizou diversas contratações diretas não precedidas de licitação. Para que tais contratações estejam revestidas de legalidade, devem ter sido efetivadas mediante processo administrativo de:

- (A) dispensa de licitação e possuir valor global de até 20% (vinte por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, bem como não podem ser referentes a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- (B) dispensa de licitação e se referir somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (C) dispensa de licitação e estar de acordo com o preço de mercado, se referindo somente aos bens necessários ao atendimento da situação de urgência e para obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (D) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, sendo o prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida uma prorrogação dos respectivos contratos;
- (E) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, se referindo a parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

**53**

Antônio é servidor público estatutário municipal estável ocupante de cargo efetivo. Após estudos estratégicos sobre pessoal, realizados pela Secretaria Municipal de Administração, foi editada lei municipal extinguindo alguns cargos do Poder Executivo, dentre eles o ocupado por Antônio. De acordo com a disciplina constitucional que rege a matéria, Antônio:

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (B) será promovido, por critério de ascensão, a outro cargo efetivo existente, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) será reconduzido a outro cargo efetivo que exija mesma escolaridade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (D) será reintegrado a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário, mantida sua remuneração;
- (E) ficará em readaptação a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário.

**54**

Determinado município contratou, após regular processo licitatório, sociedade empresária para construir uma escola municipal. Ocorre que a contratada reiteradamente não vem cumprindo as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos acordados. Tendo por base as normas previstas na Lei nº 8.666/93, em especial aquelas sobre inexecução e rescisão de contratos administrativos, a Administração Pública municipal contratante poderá rescindir o contrato por ato escrito e:

- (A) unilateral, com a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- (B) unilateral, com o decreto da indisponibilidades de bens da contratada (e, se preciso, de seus sócios), até o limite do prejuízo causado à Administração;
- (C) bilateral, com a proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 8 (oito) anos e o integral ressarcimento dos danos ao erário;
- (D) bilateral, com o integral ressarcimento dos danos ao erário e a suspensão dos direitos políticos dos sócios administradores da sociedade empresária;
- (E) bilateral, com a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 8 (oito) anos.

**55**

Tanto as Organizações Sociais como as Organizações das Sociedades Cíveis de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos, que recebem tal qualificação pelo Poder Público, uma vez preenchidos os requisitos legais. Conhecendo as peculiaridades que distinguem as Organizações Sociais (OS's) das Organizações das Sociedades Cíveis de Interesse Público (OSCIP's), é correto afirmar que:

- (A) as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e das OSCIP's são definidas por meio de contrato de gestão, enquanto que o vínculo das OS's com a Administração Pública é estabelecido por meio de termo de parceria;
- (B) as OS's recebem ou podem receber delegação para a gestão de serviço público, enquanto as OSCIP's exercem atividade de natureza privada (serviços sociais não exclusivos do Estado), com a ajuda do Estado;
- (C) ao contrário do que ocorre com as OS's, são passíveis de qualificação como OSCIP's as cooperativas, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- (D) as OS's já são fundadas com a qualificação jurídica de organização social em seu estatuto social, enquanto que as OSCIP's somente recebem tal título por força de lei específica, após comprovarem os requisitos legais;
- (E) às OS's não poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, enquanto que as OSCIP's poderão receber tal aporte por atuarem visando ao interesse público.

**56**

Membros da comissão permanente de licitação de determinado Município fraudaram um certame, para favorecer sociedade empresária cujo sócio administrador é amigo íntimo de um dos membros da citada comissão. No caso em tela, os agentes públicos envolvidos afrontaram diretamente o princípio administrativo expresso no art. 37, *caput*, da Constituição da República. Trata-se do princípio da:

- (A) razoabilidade;
- (B) competitividade;
- (C) economicidade;
- (D) isonomia;
- (E) impessoalidade.

**57**

A Lei Federal nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas pelo sistema de registro de preços. Nesse contexto, de acordo com o citado diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) o registro de preços será precedido de pesquisa de mercado limitado à área territorial do ente federativo contratante;
- (B) os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial;
- (C) a validade do registro de preços não será superior a 6 (seis) meses;
- (D) somente a pessoa natural ou jurídica habilitada na licitação será parte legítima para impugnar o preço registrado;
- (E) o sistema de registro de preços será regulamentado por lei específica de cada ente federativo.

**58**

A Lei nº 8.987/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175, da Constituição da República. Com base no que dispõe tal lei, é hipótese de extinção da concessão a:

- (A) encampação, que é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização;
- (B) caducidade, que acontece por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- (C) rescisão, que somente pode ocorrer nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato, quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais concernentes à instalação e início do serviço concedido;
- (D) anulação, que ocorre quando a concessionária estiver prestando serviço de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- (E) revogação tácita, que se dá por ato unilateral devidamente fundamentado quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.

**59**

José é servidor público municipal estatutário ocupante do cargo efetivo de técnico legislativo há vinte anos e completará sessenta e cinco anos de idade no próximo mês, quando irá se aposentar. Levando em consideração que José não possui qualquer tempo de contribuição além dos vinte anos no mesmo cargo citado, é correto afirmar que sua aposentadoria será:

- (A) compulsória e com proventos integrais;
- (B) compulsória e com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- (C) voluntária e com proventos integrais;
- (D) voluntária e com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (E) voluntária e com proventos proporcionais ao regime geral de previdência social.

**60**

Com base na doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que as autarquias:

- (A) ostentam personalidade jurídica de direito privado;
- (B) são criadas por decreto do chefe do Poder Executivo;
- (C) desempenham funções atípicas do Estado de caráter econômico;
- (D) têm o seu pessoal regido pelo regime da CLT;
- (E) possuem capacidade de autoadministração.

**61**

Gabriel, funcionário público que atua junto à Receita Federal instalada no aeroporto internacional de São Paulo, com função de controle dos produtos que ingressam no país, possui um acordo com a sociedade empresária em que trabalha seu filho no sentido de que não obstará a entrada de mercadorias estrangeiras proibidas em território nacional. No dia 02 de junho de 2015, colocou o acordo em prática, permitindo a entrada de animais silvestres comprados pela sociedade sem a devida autorização. Nesse caso, é correto afirmar que Gabriel praticou o crime de:

- (A) contrabando, em concurso de agentes;
- (B) facilitação de contrabando ou descaminho;
- (C) descaminho, em concurso de agentes;
- (D) descaminho, em tese, mas deve ser reconhecido o princípio da insignificância;
- (E) prevaricação.

**62**

O princípio da transparência fiscal traz a ideia de que toda atividade financeira deve se desenvolver com clareza e transparência, como forma de legitimação do Estado Social e Democrático de Direito. Visando dar aplicabilidade a esse princípio, a Lei nº 10.028/2000 introduziu os artigos 359-A até 359-H no Código Penal, trazendo os chamados Crimes contra as Finanças Públicas.

Sobre o tema, é correto afirmar que o crime de:

- (A) “*contratação de operação de crédito*” é classificado pela doutrina como tipo misto alternativo;
- (B) “*assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura*” proíbe que seja ordenada assunção de obrigação durante todo o último ano do mandato, se esta não puder ser paga no mesmo exercício financeiro;
- (C) “*ordenação de despesa não autorizada*” é classificado pela doutrina como norma penal em preto;
- (D) “*prestação de garantia graciosa*” é classificado pela doutrina como crime impróprio, já que o sujeito ativo não possui qualquer especial característica;
- (E) “*não cancelamento de restos a pagar*” é classificado pela doutrina como modalidade de crime comissivo impróprio.

**63**

José, juiz de direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, depara-se com um processo em que figura na condição de ré uma grande amiga de infância de sua filha. Não havendo causa de impedimento ou suspeição, separa o processo para proferir, com calma, na manhã seguinte, uma sentença condenatória bem fundamentada, pois sabe que sua filha ficaria chateada diante de sua decisão. Ocorre que, por descuido, esqueceu o processo no armário de seu gabinete por 06 meses, causando a prescrição da pretensão punitiva. Considerando a hipótese narrada, é correto afirmar que a conduta de José:

- (A) é atípica, sob o ponto de vista do Direito Penal;
- (B) configura a prática do crime de prevaricação, pois presente o elemento subjetivo da satisfação de sentimento pessoal;
- (C) configura a prática do crime de condescendência criminoso;
- (D) configura a prática do crime de prevaricação, bastando para tanto o dolo genérico;
- (E) configura a prática do crime de corrupção passiva.

**64**

Por um período de 03 meses, Natan exerceu função pública, não recebendo, porém, qualquer remuneração pelo exercício dessa função. Durante o período, Natan concorreu culposamente para prática de um crime de peculato doloso por parte de Otávio, funcionário público estável que atuava no mesmo setor que Natan.

Sobre a hipótese narrada, é correto afirmar que Natan:

- (A) não poderá responder na condição de funcionário público, pois apenas exerceu a função transitoriamente;
- (B) apesar de funcionário público para efeitos penais, não poderá ser responsabilizado pela prática de crime, pois não existe previsão de peculato culposo;
- (C) não poderá responder na condição de funcionário público porque não recebeu remuneração, apesar de a transitoriedade, por si só, não afastar tal posição para fins penais;
- (D) poderá ser responsabilizado na condição de particular, em concurso de agentes, pelo crime de peculato praticado por Otávio;
- (E) poderá ser responsabilizado como funcionário público pela prática do crime de peculato culposo, sendo que eventual reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, extinguirá sua punibilidade.

## Conhecimentos Especializados

**65**

Em 31/12/2013, o patrimônio líquido da Cia. Alfa apresentava a seguinte composição, em reais:

Capital subscrito	1.000.000
Capital a integralizar	(300.000)
Reserva legal	140.000
Reserva estatutária	50.000
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>890.000</b>

Durante o exercício de 2014 foram integralizados R\$ 100.000 ao capital social da Cia. Alfa, em dinheiro, e o lucro líquido apurado pela companhia em 31/12/2014 foi de R\$ 500.000. Considerando que não houve constituição de reserva para contingências nem de reserva de lucros a realizar neste exercício, e que o estatuto da companhia é omissivo quanto aos dividendos obrigatórios, seus acionistas terão direito a receber como dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2014 a importância de:

- (A) R\$118.750;
- (B) R\$120.000;
- (C) R\$125.000;
- (D) R\$237.500;
- (E) R\$240.000.

## 66

Relatórios contábil-financeiros de propósito geral contêm informações de possível interesse a uma ampla gama de usuários. Tendo em vista que a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro tem como pilar a definição do objetivo da elaboração e divulgação desses relatórios, interessados em informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos, das interpretações e das orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem concluir que o comitê procura atender aos desejos e necessidades de informação:

- (A) de todos os possíveis usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral;
- (B) da administração da entidade que reporta a informação;
- (C) de investidores existentes e em potencial, de credores por empréstimos e de outros credores da entidade que reporta a informação;
- (D) de órgãos reguladores da entidade que reporta a informação;
- (E) de todos os usuários que não possam requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam.

## 67

A administração da Beta S.A., companhia com sede no município de São Paulo/SP, concluiu que a utilização ou do custo ou do valor justo para mensurar seus ativos imobilizados, conforme determina o CPC 27, conduziria a uma apresentação tão enganosa da posição financeira e patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa da companhia, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido na Estrutura Conceitual. No entendimento da administração da companhia, apenas a mensuração pelo custo de reposição poderia satisfazer esse objetivo. Nesse caso, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, a administração da Beta S.A. deverá:

- (A) aplicar o requisito do CPC 27 de mensuração do imobilizado pelo custo, e divulgar a razão pela qual o tratamento exigido pelo pronunciamento entra em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis;
- (B) aplicar o requisito do CPC 27 de mensuração do imobilizado pelo valor justo, e divulgar a razão pela qual o tratamento exigido pelo pronunciamento entra em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis;
- (C) aplicar o requisito do CPC 27 de mensuração do imobilizado ou pelo custo ou pelo valor justo, pois a Estrutura Conceitual não é um pronunciamento técnico propriamente dito e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação;
- (D) deixar de aplicar o requisito do CPC 27 de mensuração do imobilizado ou pelo custo ou pelo valor justo, e divulgar a razão pela qual o tratamento exigido pelo pronunciamento entra em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis;
- (E) deixar de aplicar o requisito do CPC 27 de mensuração do imobilizado ou pelo custo ou pelo valor justo, a menos que existam outras entidades em circunstâncias similares que cumpram esses requisitos.

## 68

Considere os balanços patrimoniais e a demonstração do resultado do exercício da Comercial Gama S.A., apresentados a seguir.

**Comercial Gama S.A.**  
**Balanco patrimonial em 31/12**  
**em milhares de reais**

	2014	2013
<b>Ativo circulante</b>	<b>83.200</b>	<b>75.000</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.200	2.000
Clientes	40.000	30.000
Dividendos a receber	4.000	3.000
Estoques	35.000	40.000
<b>Ativo não circulante</b>	<b>323.500</b>	<b>330.000</b>
Investimentos	86.000	80.000
Imobilizado	237.500	250.000
<b>Total do ativo</b>	<b>406.700</b>	<b>405.000</b>
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>81.750</b>	<b>71.000</b>
Fornecedores	20.000	15.000
Contas e salários a pagar	20.000	12.000
IR e CSLL a recolher	1.200	8.000
Empréstimos e financiamentos	34.200	30.000
Dividendos a distribuir	6.350	6.000
<b>Passivo não circulante</b>	<b>102.600</b>	<b>120.000</b>
Empréstimos e financiamentos	102.600	120.000
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>222.350</b>	<b>214.000</b>
Capital social	200.000	200.000
Reservas de lucros	22.350	14.000
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>406.700</b>	<b>405.000</b>

**Comercial Gama S.A.**  
**Demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2014**  
**em milhares de reais**

Vendas de mercadorias	230.000
(-) Custo das mercadorias vendidas	(160.000)
<b>(=) Resultado bruto</b>	<b>70.000</b>
<b>(-/+ Despesas/receitas operacionais</b>	<b>(29.900)</b>
(-) Despesas com vendas	(9.400)
(-) Despesas gerais e administrativas	(32.500)
(+) Resultado da equivalência patrimonial	12.000
<b>(=) Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>39.500</b>
<b>(-) Resultado financeiro</b>	<b>(21.000)</b>
(-) Despesas financeiras	(21.000)
<b>(=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>19.100</b>
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(2.400)
<b>(=) Lucro líquido</b>	<b>16.700</b>

Durante o exercício de 2014 a companhia não adquiriu ou alienou investimentos ou ativos imobilizados, nem tampouco tomou novos empréstimos e financiamentos. Em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Comercial Gama S.A. classifica os dividendos, recebidos ou pagos, conforme o CPC 03 (R2) encoraja, enquanto os juros pagos são classificados da maneira alternativa que o pronunciamento permite. Assim, no exercício de 2014, seus fluxos de caixa das atividades operacionais apresentarão uma geração líquida de caixa de:

- (A) R\$ 31.400.000;
- (B) R\$ 36.400.000;
- (C) R\$ 39.400.000;
- (D) R\$ 40.200.000;
- (E) R\$ 44.400.000.

## 69

A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

## 70

A Armazéns Gerais Épsilon S.A. é proprietária de diversas instalações ao redor do Brasil. Uma dessas instalações está localizada próximo a uma rodovia que dá acesso a um porto, e foi inaugurada em 1º de março de 2008, quando se estimava que essa instalação teria uma vida útil de 30 anos e nenhum valor residual. Desde então essas estimativas não se modificaram, nem tampouco houve o reconhecimento de quaisquer ajustes para perdas, e a Armazéns Gerais Épsilon S.A. vem depreciando o custo de R\$60.000.000 da instalação pelo método da linha reta.

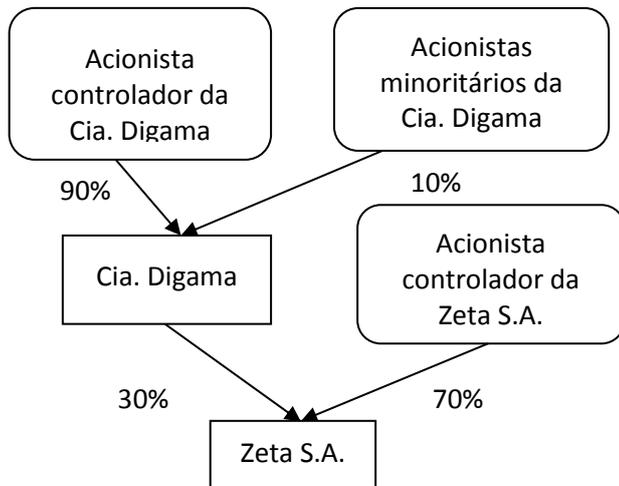
Porém, em fevereiro de 2015, foi anunciado que o porto ao qual a rodovia próxima a essa instalação da companhia dá acesso deverá passar por uma longa reforma. Considerando desde a licitação do projeto até a conclusão das obras, o processo de reforma do porto poderá se estender por mais de 5 anos. Em virtude disso, a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. acredita que o volume de negócios dessa instalação será comprometido, e decidiu aplicar um teste de redução ao valor recuperável desse ativo. O teste foi concluído em 1º de março de 2015, data em que o valor justo da instalação foi avaliado em R\$47.000.000, e o valor em uso foi avaliado em R\$40.000.000.

Como a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. estima que a venda dessa instalação acarretaria despesas de R\$3.000.000, o valor líquido pelo qual esse ativo deve ser apresentado em 1º de março de 2015 é de:

- (A) R\$40.000.000;
- (B) R\$43.000.000;
- (C) R\$44.000.000;
- (D) R\$46.000.000;
- (E) R\$47.000.000.

71

Os capitais sociais da Cia. Digama e da Zeta S.A. eram compostos integralmente por ações ordinárias, distribuídas conforme indicado pelo diagrama abaixo.



Em 5 de maio de 2015 foi celebrado um contrato entre os acionistas de ambas as companhias, nos seguintes termos:

- A Zeta S.A. incorporou a Cia. Digama;
- As 30.000 ações da Zeta S.A. que a Cia. Digama possuía foram canceladas;
- A Zeta S.A. emitiu 90.000 novas ações, que foram distribuídas aos acionistas da Cia. Digama na proporção das participações que detinham nessa companhia antes da celebração do contrato.

Sabendo que após a celebração desse contrato não houve qualquer acordo entre os acionistas da Zeta S.A. que impusesse restrições a seus direitos de voto, para que essa combinação de negócios seja contabilizada, é necessário que:

- seja mensurado o valor justo ou a participação proporcional conferida pelos instrumentos patrimoniais dos antigos controladores no montante dos ativos líquidos identificáveis da Cia. Digama na data da incorporação;
- seja mensurado o valor justo ou a participação proporcional conferida pelos instrumentos patrimoniais dos antigos controladores no montante dos ativos líquidos identificáveis da Zeta S.A. na data da incorporação;
- sejam reconhecidos e mensurados os ativos líquidos identificáveis da Cia. Digama na data da incorporação;
- sejam reconhecidos e mensurados os ativos e passivos da Zeta S.A. pelos seus valores contábeis pré-combinação;
- seja mensurado o valor justo das ações emitidas pela Zeta S.A.

72

A Cia. Eta adquiriu, em 01/07/x2, 10.000 Letras do Tesouro Nacional (LTN), a um custo de R\$811,62 cada, com vencimento em 01/07/x4, quando o Tesouro Nacional pagará R\$1.000,00 pelo resgate de cada uma. Esses títulos foram designados pela Cia. Eta como ativos financeiros disponíveis para venda. Sabendo que a taxa efetiva de juros desses títulos é de 11% a.a., que a companhia encerra seus exercícios sociais em 30/06, e que em 30/06/x3 essas mesmas LTN estavam cotadas a R\$910,00 cada, o impacto desses títulos no resultado da companhia durante o exercício encerrado em 30/06/x3 será:

- nulo;
- de uma receita de R\$811.620;
- de uma receita de R\$892.782;
- de uma receita de R\$973.944;
- de uma receita de R\$983.800.

73

A Cia. Industrial Iota tem uma participação de 25% no capital social da Comercial Kapa S.A., que é composto exclusivamente por ações ordinárias. Os demais investidores da Comercial Kapa S.A. são independentes do grupo econômico ao qual a Cia. Industrial Iota pertence. Em 30/11/x1, a Cia. Industrial Iota vendeu produtos à Comercial Kapa S.A. por um total de R\$1.000.000. Esses produtos tiveram um custo para a Cia. Industrial Iota de R\$800.000. Até 31/12/x1, a Comercial Kapa S.A. havia vendido metade desses produtos a clientes que não eram partes relacionadas nem dela nem da Cia. Industrial Iota. Sabendo que essas transações não são tributadas, que não houve outras operações entre ambas as companhias durante x1, e que ao final desse exercício a Comercial Kapa S.A. obteve um lucro líquido de R\$1.200.000, o efeito líquido no resultado da Cia. Industrial Iota de sua participação nos resultados de x1 da Comercial Kapa S.A. será de:

- R\$100.000;
- R\$200.000;
- R\$250.000;
- R\$275.000;
- R\$300.000.

74

A Cia. Industrial Lambda tem uma participação de 75% no capital social da Comercial Mi S.A., que é composto exclusivamente por ações ordinárias. Os demais investidores da Comercial Mi S.A. são independentes do grupo econômico ao qual a Cia. Industrial Lambda pertence. Em 30/11/x1, a Cia. Industrial Lambda vendeu produtos à Comercial Mi S.A. por um total de R\$1.000.000. Esses produtos tiveram um custo para a Cia. Industrial Lambda de R\$800.000. Até 31/12/x1, a Comercial Mi S.A. havia vendido metade desses produtos, por R\$750.000, a clientes que não eram partes relacionadas nem dela nem da Cia. Industrial Lambda. Sabendo que essas transações não são tributadas e que não houve outras operações entre ambas as companhias durante x1, o efeito líquido das transações descritas no resultado consolidado do exercício de x1 da Cia. Industrial Lambda será de:

- R\$100.000;
- R\$200.000;
- R\$250.000;
- R\$350.000;
- R\$450.000.

**75**

Em 28/07/x1, a Cia. Ni adquiriu o controle da Ksi S.A. O intuito da Cia. Ni é revender sua participação na Ksi S.A. Para que o investimento na Ksi S.A. possa ser classificado pela Cia. Ni como uma operação descontinuada, é necessário que em curto prazo após a aquisição (normalmente, no prazo de três meses):

- (A) a venda da Ksi S.A. seja certa;
- (B) o nível hierárquico de gestão apropriado da Cia. Ni esteja comprometido com o plano de venda da Ksi S.A.;
- (C) tenha sido localizado um comprador para a Ksi S.A.;
- (D) haja expectativa de se concluir a venda da Ksi S.A. até o final do exercício corrente, em 31/12/x1;
- (E) a venda da Ksi S.A. não esteja sujeita a quaisquer termos de venda.

**76**

Em 20/09/x1 a Mineradora Ômicron S.A. concluiu a construção de uma unidade de processamento junto a uma das áreas de exploração de minérios sob sua concessão. As principais instalações dessa unidade são os galpões de estocagem, a esteira de transporte dos minérios e as instalações administrativas. A esteira de transporte dos minérios tem uma expectativa de utilização de 10 anos, ao fim dos quais deverá ser substituída. Além disso, a cada 2,5 anos de uso a esteira deve ser inspecionada em busca de falhas, segundo recomendação do fabricante. Para as demais instalações, a expectativa é de que sejam utilizadas durante todo o período restante de concessão da área, que na data de conclusão da construção é de 30 anos. Segundo o termo de outorga, após o término do período de concessão da exploração, a companhia terá até seis meses para desmontar e remover suas instalações e reparar o local. Ao aplicar a essa unidade os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Mineradora Ômicron S.A. deve:

- (A) reconhecer as instalações em conjunto, como um único item do ativo imobilizado;
- (B) reconhecer os valores gastos com as inspeções da esteira de transporte dos minérios no resultado do período em que as inspeções forem efetuadas;
- (C) desconsiderar quaisquer valores residuais que as instalações possam ter ao final de suas vidas úteis;
- (D) estimar os custos de desmontagem e remoção das instalações e de restauração do local após o término do período de concessão, e adicioná-los ao custo inicial das instalações;
- (E) depreciar as instalações pelo método da linha reta.

**77**

No exercício de 20x4, a Cia. Norte apurou perdas de R\$12.000,00 por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, cujo custo de aquisição foi de R\$80.000,00 e estava 40% depreciado.

Os lançamentos contábeis da Cia. Norte ao final do exercício de 20x4 relativos à redução do imobilizado ao seu valor recuperável são os seguintes:

- (A) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00  
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R\$12.000,00;
- (B) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R\$12.000,00  
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00;
- (C) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R\$36.000,00  
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$36.000,00;
- (D) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R\$20.000,00  
C – Depreciação acumulada – R\$8.000,00  
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00;
- (E) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$ 44.000,00  
C – Depreciação acumulada – R\$32.000,00  
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R\$12.000,00.

**78**

A Cia. Expec comercializa projetores multimídia e, no início do mês de janeiro de 20x4, tinha um estoque de 25 unidades ao custo unitário de R\$1.100. Durante esse mês foram realizadas as seguintes movimentações:

- 03/01 – Compra a prazo de seis unidades a R\$1.180 cada uma;
- 07/01 – Devolução de uma das unidades adquiridas na compra anterior, por defeito;
- 09/01 – Venda à vista de treze unidades, pelo preço unitário de R\$2.150;
- 16/01 – Compra à vista de sete unidades pelo valor unitário de R\$1.150;
- 21/01 – Venda a prazo de dezesseis unidades, pelo preço unitário de R\$2.100.

Considerando apenas as informações apresentadas, após os registros no controle de estoque durante o mês de janeiro de 20x4 na Cia. Expec, é correto afirmar que:

- (A) o custo médio ponderado apresentou o menor custo das mercadorias vendidas;
- (B) o custo da venda do dia 09/01, pelo método UEPS, foi R\$14.300;
- (C) pelo método PEPS, o custo da venda do dia 21/01 foi R\$ 17.950;
- (D) a devolução da compra do dia 07/01 não afetou o custo médio dos estoques;
- (E) o uso do método UEPS implica menor valor do estoque final de mercadorias.

**79**

A Cia. Expec adquiriu mercadorias a prazo, no dia 01/04/20x4, pelo valor de R\$50.000, com incidência de 18% de ICMS. O estoque adquirido era composto por 2.000 unidades. Após a inspeção das mercadorias recebidas, a empresa procedeu à devolução de 15% da compra.

O lançamento contábil para registro da devolução pela Cia. Expec é o seguinte:

- (A) D – Fornecedores – R\$7.500  
C – Estoque de mercadorias – R\$7.500
- (B) D – Estoque de mercadorias – R\$7.500  
C – Fornecedores – R\$7.500
- (C) D – Fornecedores – R\$7.500  
C – Estoque de mercadorias – R\$6.150  
C – ICMS a recuperar – R\$1.350
- (D) D – Fornecedores – R\$8.850  
C – Estoque de mercadorias – R\$7.500  
C – ICMS a recuperar – R\$1.350
- (E) D – Fornecedores – R\$8.850  
C – Estoque de mercadorias – R\$7.500  
C – ICMS a recolher – R\$1.350

**80**

Os atos e fatos são registrados pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) com o objetivo de gerar informações que subsidiem o controle e a aplicação adequada e responsável dos recursos públicos. Com isso, pode-se dizer que as informações geradas pela CASP apresentam diferentes aspectos.

Acerca dos aspectos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as afirmações a seguir:

- I) Os registros de atos e fatos poderão alcançar um ou mais aspectos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- II) O processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público visa a contribuir para o desenvolvimento do aspecto patrimonial.
- III) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representa um instrumento de evidenciação do aspecto fiscal.
- IV) O Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa são relatórios produzidos no âmbito do aspecto financeiro.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;  
(B) II e IV;  
(C) III e IV;  
(D) I, II e III;  
(E) II, III e IV.

**81**

A Lei nº 10.028/2000 acrescentou ao Código Penal os chamados crimes contra as finanças públicas, em que o gestor pode ser criminalmente responsabilizado por ordenar despesas que causem desequilíbrio nas contas e danos ao patrimônio público. Assim, essa Lei previu a responsabilização dos agentes públicos nas atividades que envolvem arrecadação e aplicação de recursos.

O princípio da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que pode ser associado ao contexto da Lei de Crimes Fiscais é:

- (A) continuidade;  
(B) competência;  
(C) entidade;  
(D) oportunidade;  
(E) prudência.

**82**

O reconhecimento contábil de um passivo exigível em uma entidade do setor público representa algumas peculiaridades quanto às etapas da execução orçamentária da despesa pública.

O registro da etapa da despesa entre o empenho e a liquidação chamada “em liquidação” significa que:

- (A) a despesa gerou obrigações independentes de autorização orçamentária;  
(B) houve apenas comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho;  
(C) houve conclusão das etapas da despesa orçamentária, exceto pagamento;  
(D) houve ocorrência do fato gerador da variação patrimonial diminutiva e a não ocorrência da liquidação da despesa;  
(E) o fato gerador do passivo exigível ocorreu e está pendente do empenho da despesa orçamentária.

**83**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. As variações patrimoniais podem ser qualitativas ou quantitativas.

Um exemplo de registro de variação patrimonial quantitativa é:

- (A) aquisição de veículos a prazo;  
(B) amortização de empréstimos junto a instituições financeiras;  
(C) pagamento de dívidas de curto prazo com fornecedores;  
(D) pagamento de parcela de móveis adquiridos a prazo;  
(E) recebimento de receita de transferências constitucionais.

**84**

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) ou despesas sob o enfoque patrimonial consistem em decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido. O reconhecimento da VPD pode se dar em diferentes estágios da execução orçamentária.

Um exemplo de VPD reconhecida após a liquidação da despesa orçamentária é:

- (A) concessão de suprimento de fundos;
- (B) perda do valor recuperável de bens móveis;
- (C) reconhecimento a cada mês trabalhado do 13º salário a ser pago no final do ano;
- (D) recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços;
- (E) reconhecimento de obrigação de prestar serviços em regime de concessão.

**Texto 1**

Uma entidade do setor público mantém um ativo que foi adquirido em Junho de 20x3, por R\$16.000 e tem vida útil de cinco anos. Esse ativo é gerador de caixa e o seu valor de uso esperado ao longo da vida útil é R\$20.000; em Junho de 20x5, a entidade estimou que, em caso de alienação, o valor obtido seria R\$10.000.

**85**

Considerando as informações do texto 1 e também que o ativo entrou em uso assim que foi adquirido, é correto afirmar que a depreciação acumulada em Junho de 20x5 na entidade foi de:

- (A) 3.200;
- (B) 6.400;
- (C) 8.000;
- (D) 9.600;
- (E) 10.000.

**86**

Considerando exclusivamente as informações do texto 1, o valor recuperável do Ativo é:

- (A) 20.000,00;
- (B) 16.000,00;
- (C) 12.000,00;
- (D) 10.000,00;
- (E) 9.600,00.

**87**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na PARTE II, que trata de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, dispõe sobre os critérios de avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público.

O elemento patrimonial que apresenta adequada associação com o critério de mensuração no reconhecimento inicial é:

- (A) ativo imobilizado – valor justo;
- (B) ativo intangível – valor justo;
- (C) bens de distribuição gratuita – custo de aquisição ou valor de reposição, dos dois o menor;
- (D) estoques – custo de reposição;
- (E) produtos agrícolas e extrativos – custo de produção ou de reposição.

**88**

Após o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, o MCASP (2014) recomenda que a entidade deve avaliar na data de encerramento das demonstrações contábeis se há alguma indicação de que alguma perda reconhecida em anos anteriores deva ser revertida. Essa avaliação deve basear-se em fontes externas e internas de informação.

São exemplos de fontes indicativas da reversão de perdas por redução ao valor recuperável:

- (A) cessação total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- (B) evidência de que o desempenho dos serviços de um ativo é menor do que o esperado;
- (C) ocorrência de mudanças significativas, de longo prazo, no ambiente tecnológico, com efeito adverso para a entidade;
- (D) queda significativa no valor de mercado de um ativo;
- (E) ressurgimento da demanda ou da necessidade de serviços fornecidos pelo ativo.

**89**

Acerca da mensuração após o reconhecimento inicial de ativo intangível com vida útil indefinida, é correto afirmar que:

- (A) a amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo;
- (B) deve ser amortizado a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso;
- (C) o método de amortização de ativo intangível com vida útil indefinida deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício;
- (D) o ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado;
- (E) o valor amortizável de ativo com vida útil indefinida é determinado após a dedução de seu valor residual.

**90**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) conceitua Transação sem contraprestação como aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca. Em relação a tais transações, analise as afirmativas a seguir.

I) A maior parte das variações patrimoniais aumentativas das entidades do setor público decorrem de transações sem contraprestação.

II) No caso de repartição tributária, somente após a arrecadação do tributo pelo ente transferidor, o ente recebedor deverá reconhecer o crédito a receber.

III) O ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor realizável.

IV) Os recebimentos antecipados relativos a tributos são diferentes de outros recebimentos antecipados, em decorrência de sua natureza.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) II e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

**91**

De acordo com a *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) 19, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, publicada pelo *International Public Sector Accounting Standards Board*, uma provisão é um passivo de prazo ou valor incerto.

A partir dessa definição, o único item a seguir que NÃO atende a esse conceito está relacionado ao pagamento de:

- (A) autuações fiscais;
- (B) férias e décimo terceiro salário;
- (C) indenizações a fornecedores e clientes;
- (D) reclamações trabalhistas;
- (E) valores incertos relacionados aos créditos tributários reconhecidos no lançamento pelo agente arrecadador.

**92**

O MCASP (2014) orienta os registros patrimoniais decorrentes das despesas orçamentárias de exercícios anteriores (DEA), a partir das disposições da Lei nº 4.320/1964 e Decreto nº 93.872/1986.

No que tange ao reconhecimento e registro das despesas de exercícios anteriores, é correto afirmar que:

- (A) o conceito legal de despesa de exercícios anteriores (DEA) e contábil de ajustes de exercícios anteriores são equivalentes;
- (B) o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores deve gerar registros patrimoniais na conta de ajustes de exercícios anteriores;
- (C) na DEA relacionada a despesas efetivas, o passivo e a VPD deverão ser registrados no momento em que o credor cumprir a obrigação;
- (D) na DEA relacionada a despesas não efetivas, o passivo e a VPD deverão ser registrados no momento em que o credor cumprir a obrigação;
- (E) na DEA relacionada a despesas por mutação, haverá o registro de um passivo e do ativo incorporado ao patrimônio do ente público.

Quadro I – Saldos antes da apuração do resultado patrimonial do exercício encerrado em 31/12/20x4, da prefeitura municipal de Novo Mar.

Descrição	Saldo (milhares)
Transferências recebidas	32.800,00
Pessoal e encargos	21.300,00
Imobilizado	16.300,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	14.380,00
Empréstimos e financiamentos - LP	9.350,00
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	8.750,00
Intangível	4.500,00
Benefícios previdenciários e assistenciais	4.100,00
Ativo realizável a longo prazo	3.120,00
Contribuições	3.100,00
Patrimônio social	2.000,00
Investimentos	1.950,00
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	1.820,00
Créditos de curto prazo	1.560,00
Exploração e venda de bens e serviços	1.300,00
Estoques	1.120,00
Caixa e equivalentes de caixa	910,00
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	910,00
Transferências concedidas	890,00
Fornecedores a pagar	840,00
Desvalorização e perdas com Ativos	780,00
Provisões de longo prazo	750,00
VPD pagas antecipadamente	380,00
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	230,00

**93**

De acordo com o Quadro I, as obrigações exigíveis da prefeitura municipal de Novo Mar em 31/12/20x4 totalizaram:

- (A) 12.760,00;
- (B) 14.760,00;
- (C) 16.860,00;
- (D) 34.060,00;
- (E) 38.160,00.

**94**

De acordo com o Quadro I, o resultado patrimonial apurado ao final do exercício de 20x4 na prefeitura municipal de Novo Mar foi de:

- (A) 36.730;
- (B) 15.080;
- (C) 14.190;
- (D) 11.980;
- (E) 10.980.

**95**

De acordo com o Quadro I, o índice de liquidez geral ao final do exercício de 20x4 na prefeitura municipal de Novo Mar era de:

- (A) 0,34;
- (B) 0,56;
- (C) 1,07;
- (D) 1,49;
- (E) 2,34.

**96**

De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Em geral espera-se que, nas entidades do setor público, os fluxos de caixa mais representativos sejam gerados pelas atividades operacionais.

A opção a seguir que contém apenas itens relacionados às atividades operacionais é:

- (A) juros e encargos da dívida e concessão de empréstimos;
- (B) receitas derivadas e transferências correntes concedidas;
- (C) receitas originárias e amortização de empréstimos concedidos;
- (D) receita patrimonial e receita de alienação de bens;
- (E) transferências correntes recebidas e amortização de empréstimos recebidos.

**97**

A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais requer a indicação prévia de fonte de recursos para a sua cobertura. Uma das fontes possíveis é o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

O valor utilizável desse superávit financeiro deve ser líquido do valor de:

- (A) anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;
- (B) créditos especiais abertos no exercício;
- (C) créditos extraordinários abertos no exercício;
- (D) créditos suplementares reabertos no exercício;
- (E) operações de crédito vinculadas.

**98**

O conceito orçamentário de receita está associado à disponibilidade de recursos financeiros durante o exercício orçamentário, enquanto o conceito contábil de receita relaciona-se a aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido. Em decorrência disso, o seu reconhecimento pode se dar em momentos distintos.

Tendo em vista esses conceitos, uma receita de origem tributária exemplificada pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA deve ser reconhecida:

- (A) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for recolhido aos cofres da entidade competente;
- (B) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for lançado em favor da fazenda pública;
- (C) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for arrecadado pelos agentes competentes;
- (D) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for lançado, a partir da identificação do sujeito tributário e do valor devido;
- (E) sob os enfoques orçamentário e patrimonial, no momento da arrecadação do tributo.

**99**

A IPSAS 21 trata da redução do valor recuperável de ativo não gerador de caixa. Em referência às disposições dessa norma, analise as afirmativas a seguir:

- I) A entidade deve realizar uma estimativa formal do valor de serviço recuperável somente se existir indicação de uma potencial perda por irrecuperabilidade.
- II) A perda por irrecuperabilidade do ativo deve ser reconhecida imediatamente no superávit ou déficit.
- III) Quando o valor estimado de uma perda for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo correspondente.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**100**

Durante a execução de um trabalho de auditoria, o auditor responsável precisa de informações mais detalhadas sobre a suficiência dos seguros contratados pela empresa auditada para a cobertura dos seus ativos.

Nessa situação, a técnica recomendada é a:

- (A) averiguação;
- (B) correlação;
- (C) circularização positiva;
- (D) circularização negativa;
- (E) inspeção de documentos.

Realização

 **FGV PROJETOS**